

CÂMARA MUN. DE MIGUEL PEREIRA PROJETO 146 I 2021

ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

Miguel Pereira, 13 de agosto de 2021.

Mensagem nº 107/2021.

Senhor Presidente,

CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA A Comissão de Justiça e Redação	
Em 23 de Agosta de Zu	١,
XA	1
Presidente \	
	-

	-		0	1	
CÂMARA MUN	İÇIF	AL DE	MIG	UEL PE	REIRA
A Comissão	o qé	rınanç	as e	Orçame	ento
Em_23_de.	A	EDI T	6	de	200
		1/1			
	P	residen	te		.

Encaminhamos a essa Casa Legislativa, através das honradas mãos de V. Exa., Projeto de Lei que autoriza este Executivo a Suplementar no Orçamento vigente a importância de R\$ 104.400,00 (cento e quatro mil e quatrocentos reais). **EM REGIME DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA.**

JUSTIFICATIVA

A abertura do presente Crédito Suplementar, tem como finalidade atender ao Programa Agentes Comunitários de Saúde - ACS/SUS, advindo do provável excesso de arrecadação no exercício de 2021.

No ensejo, aproveitamos para apresentarmos protestos de consideração e elevado apreço, extensivos aos demais Pares.

Atenciosamente.

ANDRÉ PINTO DE AFONSECA Prefeito Municipal

CÂMARA MUN. DE MIGUEL PEREIRA

Recebido em 23 108 12

Jeferson Cristian dos S. Pronco Agente Administrativo

Exmo. Senhor Eduardo Paulo Corrêa DD. Presidente da Câmara Municipal de Miguel Pereira - RJ



Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

LEI N° DE DE

DE 2021

Autoriza a abrir crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da Prefeitura Municipal de Miguel Pereira, no valor de R\$ 104.400,00, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1°) — Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 104.400,00 (cento e quatro mil e quatrocentos reais), obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

FONTE 03 - R\$ 104.400,00 (Recursos SUS)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA DE TRABALHO

04.01.000.10.301.013.2.098 – Atenção Básica em Saúde - PAB

ELEMENTO DA DESPESA:

31.90.11.01.03 Vencimentos de Cargo Efetivo

R\$ 104.400,00

Art. 2°) – Os recursos para atender a presente Suplementação são advindos do provável excesso de arrecadação dos Recursos ACS – Agentes Comunitários de Saúde, conforme detalhamento abaixo:

 1 - Arrecadação do 1º período X1 (janeiro à junho/2020 2 - Arrecadação do 2º período X1 (julho à dezembro/2020) Total 	R\$ <u>R\$</u> R\$	400.400,00 568.400,00 968.800,00
3 - Arrecadação do 1º período X2 (janeiro à junho/2021)	R\$	530.700,00
4 - Previsão de receita para X2 (janeiro à dezembro/2021)	R\$	974.400,00

CÁLCULO DA TAXA DE INCREMENTO (Δ)

1 - = $\frac{1^{\circ} \text{ período de X2}}{1^{\circ} \text{ período de X1}} \times 100 = \frac{R\$ 530.700.00}{R\$ 400.400,00} \times 100 = 132,55 \%$

 Δ = 132,55 % - 100,00 = 32,55 %

2 - Arrecadação do 2º período de X1 x Δ

 R 568.400,00 \times 32,55 \% = R$ 185.014,20$

R\$ 568.400,00 + R\$ 185.014,20 = R\$ 753.414,20



Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

3 - Demonstração do cálculo do excesso de arrecadação;

A) Previsão de receita para o exercício de 2021

R\$ 974.400,00

B) Arrecadação (C + D)

R\$ 1.284.114,20

C) Do dia 1º/ 01 à 30/06/2021

R\$ 530.700,00

 D) Que vai do mês da solicitação do crédito até 31/12/2021, referente ao ano anterior, aplicada a taxa de incremento da Receita verificada no primeiro período.

R\$ 753.414,20

Valor do provável excesso de arrecadação (B – A Este crédito (-)

R\$ 309.714,20 R\$ 104.400,00

Saldo disponível

R\$ 205.314,20

Art. 3º – Os recursos para fazer face ao presente crédito são oriundos do SUS/ACS e serão recolhidos na seguinte rubrica de Receita:

1700.00.0.0.000 - Transferências Correntes

1718.03.0.0.000 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

1718.03.1.0.000 - Transferências Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

1718.03.1.1.000 - Transferências Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

1718.03.1.1.009 – Programa Agente Comunitário de Saúde/ACS

Art. 4°) - Este Crédito baseia -se no Inciso II, § 1°, Artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 5°) – O impacto financeiro-orçamentário no exercício, de que trata o Inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000 (LRF), será correspondente aos valores estipulados no presente crédito, alterando-se o PPA, LDO e LOA.

Art. 6°) – A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Miguel Pereira, Em

ANDRÉ PINTO DE AFONSECA Prefeito Municipal